

Cadernos  
**IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
Ano 14 • n° 242 • vol. 14 • 2016

Uma crise de sentido,  
ou seja, de direção

Stefano Zamagni

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



 UNISINOS

# Uma crise de sentido, ou seja, de direção

## *A crisis of meaning, i.e. of direction*

### **Resumo**

O artigo analisa a separação entre a esfera econômica e a esfera social, o trabalho separado da criação de riqueza, o mercado separado da democracia, que ocorreram no último quarto de século, como as causas que deram origem à crise atual de sentido.

**Palavras-chave:** Crise; Democracia; Dialética; Economia; Entrópica; Trabalho.

### **Abstract**

The article analyzes the separation between the economic sphere and the social sphere, between work and the creation of wealth, and between market and democracy, which took place in the past quarter century, as the causes that gave rise to the present crisis of meaning.

**Keywords:** Crisis; Democracy; Dialectics; Economy; Entropy; Work.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**Uma crise de sentido,  
ou seja, de direção**

Stefano Zamagni

Università di Bologna

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)  
ano 14 • nº 242 • vol. 14 • 2016

Tradução: Sandra Dall'Onder

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

### Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 242 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** MS Jéferson Ferreira Rodrigues

**Imagem da capa:** Freelmagens

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editoração:** Rafael Tarcísio Fomeck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

## UMA CRISE DE SENTIDO, OU SEJA, DE DIREÇÃO

*Stefano Zamagni*

Università di Bologna

**1.** Existem dois tipos de crises sistêmicas que podem ser identificados na história da nossa sociedade: a dialética e a entrópica. (Sobre as crises conjunturais, em relação aos aspectos funcionais de uma economia de mercado, não é necessário dizer que são muitas e bastante conhecidas.) Dialética é a crise que nasce de um grave conflito de interesses que se forma dentro de uma dada sociedade, que não consegue, por uma razão ou outra, se constituir. Essa crise contém em si as causas ou forças para a sua superação. São exemplos históricos e famosos de crises dialéticas a Revolução Americana, a Revolução Francesa e a Revolução de Outubro na Rússia, em 1917. Entrópica, por sua vez, é a crise que se origina a partir de um sério conflito de valores ou de um conflito de identidade. Ela tende a criar o colapso do sistema, por implosão, sem que da própria crise possam derivar indicações sobre o caminho a tomar. Este tipo de crise se desenvolve sempre que a sociedade perde o sentido – isto é, literalmente, a direção – do seu próprio caminho. A história nos oferece exemplos notáveis deste tipo de crise: a queda do Império Romano; a transição do feudalismo para a modernidade; a queda do Muro de Berlim e o subsequente colapso do império soviético e tantos outros.

Por que é importante esta distinção? Porque existem várias estratégias para sair deste tipo de crise. Não há como escapar de uma crise entrópica somente com alguns ajustes de natureza técnica ou com medidas legislativas e regulamentares – mesmo que necessárias –, mas abordando de frente o problema do sentido. Eis por que são indispensáveis para este fim as minorias proféticas que podem indicar para a sociedade a nova direção a ser tomada, através de um pensamento adicional e, especialmente, através do testemunho das obras.

Assim foi, por exemplo, quando Bento, lançando o seu famoso “*ora et labora*”, inaugurou a nova era, a das catedrais. (Nunca se falará o bastante sobre a questão revolucionária, no plano social e econômico, da fundamentação conceitual do carisma beneditino. O trabalho, durante sé-

culos considerado atividade típica do escravo, torna-se, com Bento, o caminho para a liberdade: para sermos livres, devemos trabalhar. Não só isso, mas o trabalho é elevado ao nível da oração. Como dirá depois Francisco, não podemos separar *laborantes e contemplantes*; em cada pessoa, oração e trabalho devem andar lado a lado.)

Bem, a grande crise sistêmica que começou no verão de 2007 nos EUA e ainda está em vigor é basicamente entrópica. Portanto, não é correto equiparar – senão por aspectos puramente quantitativos – a crise atual com a de 1929, que foi, ao contrário, de natureza dialética. Esta última, na verdade, foi devida a erros humanos, especialmente por parte das autoridades de controle das transações econômicas e financeiras, e a falta de conhecimento preciso sobre as formas de funcionamento da economia capitalista e da resolução de seus conflitos. Tanto que foi necessário o “gênio” de J. M. Keynes para atender a tarefa. Pensemos no papel desempenhado pelo pensamento keynesiano na articulação do *New Deal* de Roosevelt. Na crise atual, sabe-se que houve erros humanos, tanto por parte dos operadores financeiros quanto pelas autoridades de controle – erros graves, como demonstrado em Zamagni (“La lezione e il monito di una crisi annunciata”, *Sistemi intelligenti*, 2009) –, mas estes foram o resultado não tanto de um déficit cognitivo, mas da perda de sentido que acometeu as sociedades avançadas do Ocidente desde o início do evento que marcou época, ou seja, a globalização.

Surge a pergunta: onde encontrar as causas que deram origem à crise atual de sentido? Eu acredito que estas se devem a uma tríplice separação que ocorreu no último quarto de século. Ou seja, a separação entre a esfera econômica e a esfera social; o trabalho separado da criação de riqueza; o mercado separado da democracia. Tentarei esclarecer, mesmo que de forma breve, começando pela primeira separação.

**2.** Um dos muitos legados, nem tão positivos, que a modernidade nos deixou é a crença de que ser um buscador de lucros é o título para acessar o “clube da economia”; ou seja, não se é propriamente um empresário se não buscar exclusivamente a maximização do lucro. Caso contrário, devemos nos resignar a fazer parte da esfera social, onde operam as empresas sociais, as cooperativas sociais, as fundações de vários tipos, etc. Esta conceituação absurda – ela mesma filha do erro teórico que leva a confundir a economia de mercado, que é o *genus*, com sua *species* particular que é o sistema capitalista – terminou identificando o mercado com o local de produção de riqueza (um lugar onde o princípio regulador é a eficiência) e a pensar o social como o local de redistribuição, onde a solidariedade e/ou a compaixão (pública ou privada) são seus princípios fundamentais. Nós

vimos e estamos vendo as consequências dessa separação. Como o famoso historiador econômico Angus Madison tem demonstrado, ao longo dos últimos trinta anos os indicadores de desigualdade social entre os países e dentro dos próprios países registraram aumentos simplesmente ultrajantes, mesmo nos países onde o *welfare state* tem desempenhado um papel importante em termos de gerenciamento de recursos. E, mesmo assim, dezenas de economistas e filósofos políticos acreditaram por muito tempo que a proposta kantiana “é necessário deixar o bolo crescer para depois reparti-lo” fosse a solução para o problema da igualdade. Não podemos nos esquecer do poder expressivo do aforismo lançado pelo pensamento econômico neoconservador, segundo o qual “a maré alta levanta todos os barcos”, resultando na célebre tese da teoria do gotejamento (*trickle-down effect*): a riqueza, como uma chuva benéfica, mais cedo ou mais tarde atingirá a todos, mesmo os mais pobres. O grande economista francês Léon Walras já dizia, em 1873: “quando o bolo for dividido não poderemos dividir as injustiças cometidas para torná-lo maior”. Palavras que infelizmente a crise atual corroborou.

Nos últimos três anos, foram lançados seis importantes livros sobre o tema da justiça social. Trata-se dos ensaios de A. Sen (*L'idea di giustizia*, Mondadori, 2010); M. Sandel (*Giustizia. Il nostro bene comune*, Feltrinelli, 2010); R. Dworkin (*Giustizia per porcospini*, 2011); P. van Parijs (*Democrazia giusta: il programma Rawls-Machiavelli*, 2012); J. Stiglitz (*The price of inequality*, Norton, 2012); R. Skidelsky (*How much is enough?*, New York, 2012). Como dar conta de tal concentração de interesses sobre um tema tão antigo quanto extremamente atual? A resposta que dou é que o aumento alarmante, ano após ano, das desigualdades sociais, tanto nos países do Ocidente avançado quanto em nível mundial, reacendeu o interesse dos filósofos, economistas e cientistas sociais sobre uma dupla questão: por que as desigualdades estão aumentando mais rapidamente do que a renda nacional e por que a opinião pública dá tão pouca atenção em relação a um fenômeno tão devastador? O recente ensaio do conhecido estatístico e economista Branko Milanovic, *Chi ha e chi non ha* (Il Mulino, Bologna, 2012), nos ajuda a explicar o fenômeno.

A tese central deste autor é que a desigualdade não é um destino e nem uma constante temporal ou espacial. Não é um destino, porque tem a ver com as regras do jogo econômico, ou seja, o quadro institucional que um país decide ter. Pensemos nas instituições econômicas, como o mercado de trabalho, o sistema bancário, o modelo de *welfare*, o sistema fiscal, etc. Dependendo de como eles são concebidos, teremos diferentes implicações sobre o modo que a renda e a riqueza são distribuídas entre aqueles que ajudaram a produzi-las. As desigualdades não são ainda

uma constante de tempo, porque existem etapas históricas nas quais elas aumentam e em outras diminuem; tampouco são uma constante espacial, porque há países onde o índice de Gini – que mede as diferenças entre ricos e pobres – é maior do que em outros.

Por exemplo, na Itália o coeficiente de Gini é igual a 0,36, enquanto nos países escandinavos é cerca de 0,24 e na Argentina é 0,51. O nosso país, mesmo destinando à receita social – a despesa para o *welfare* globalmente considerada – um percentual do próprio PIB, alinhado com o escandinavo, registra um nível de desigualdade sensivelmente maior. Por outro lado, em relação ao PIB, para o *welfare*, a Itália tem um índice de Gini levemente inferior ao dos USA (0,40). Como se dissesse que o nosso *welfare* não protege os mais vulneráveis e não facilita a mobilidade das camadas mais pobres. Um belo paradoxo, porque isto significa que as desigualdades não são o produto da miséria de um país ou do seu atraso, mas a presença de instituições econômicas que recolhem o excedente gerado pelo sistema, canalizando-o em direção aos recebedores de renda. Eis porque é inútil invocar mais crescimento para reduzir as desigualdades. Se não são modificadas as regras do jogo econômico, um maior crescimento implica no aumento do índice de Gini – um ponto que Tocqueville já havia antecipado em sua famosa *Democracia in America*, de 1835, quando escreveu que “a igualdade se encontra somente nos dois limites extremos da civilização”.

O ensaio de Milanovic, acima mencionado, também nos informa que o aumento das desigualdades é um fenômeno que concerne não apenas ao que acontece em cada país. O aumento da desigualdade global é efetivamente feito pela seguinte comparação: em 1820, a distância que separava os países ricos dos pobres era de 3 a 1; hoje é de 100 para 1. Ou seja, os mais pobres dos americanos, por exemplo, têm direito a um maior nível de bem-estar do que os ricos de dois terços da população mundial. Em vez de estreitar esta lacuna, a globalização, por um lado, e a terceira revolução industrial (as novas tecnologias), por outro, são os dois principais fatores causais do fenômeno em questão, porque a eles se deve a mudança radical do modo de produção e a desconstrução da organização social das nossas sociedades.

Levanta-se a questão: se a desigualdade aumenta não pela falta de recursos, ou pela deficiência de *know-how* tecnológico, ou por dificuldades específicas que afetam certas categorias de pessoas, a que se deve e, em última análise, por que não suscita movimentos de revolta contra este estado de coisas? A resposta que eu considero mais plausível é que isso se deve à crença das nossas sociedades nos dogmas da injustiça. (Pareto via na desigualdade uma espécie de lei de ferro da qual a huma-



nidade nunca poderia se livrar.) São dois, basicamente, os dogmas em questão. O primeiro afirma que a sociedade como um todo obtém vantagens se cada indivíduo age em busca do ganho pessoal. O que é duplamente falso. Primeiro, porque o tema smithiano da mão invisível postula, para sua validade, que os mercados estejam perto do ideal da livre concorrência, em que não existem monopólios ou oligopólios, ou assimetrias de informação. Mas todos sabem que, na realidade, as condições para termos mercados de concorrência perfeita nunca foram cumpridas. Por esta razão a famosa economista de Cambridge Joan Robinson escreveu que a “mão invisível poderia funcionar para o estrangulamento”. (“The pure theory of international trade”, *RES*, 1946, p.99).

Em segundo lugar, porque as pessoas têm diferentes talentos e habilidades. Conclui-se que, se as regras do jogo são moldadas de forma a aumentar, por exemplo, o comportamento oportunista, desonesto, imoral, etc., acontecerá que aqueles indivíduos cuja constituição é caracterizada por essas tendências, esmagarão os outros. Da mesma forma como discutirei mais tarde, a ganância como a paixão do ter é entendida como um traço característico da natureza humana. Se, então, no local de trabalho são introduzidos sistemas de incentivos fortes – lembrem-se, não sistemas premiados –, é claro que os mais ávidos tendem a subjugar os menos gananciosos. Neste sentido, podemos dizer que não existem pobres por natureza, mas por condições sociais, pela forma como são projetadas as instituições econômicas.

O outro dogma da injustiça a que me referi acima é a crença de que o elitismo deve ser incentivado porque funciona, ou seja, quanto maior o bem-estar dos melhores, maior é a habilidade de poucos. Assim, os recursos, a atenção, os incentivos, os prêmios devem ir para os mais talentosos, porque o avanço da sociedade se deve ao seu empenho. O que acontece é a exclusão da atividade econômica – por exemplo, na forma de trabalho precário e/ou o desemprego – dos menos talentosos; algo que não é apenas normal, mas também necessário se o desejo é aumentar a taxa do PIB.

Hoje sabemos que o aumento das desigualdades tem uma grande parcela de responsabilidade na criação da crise, como no caso da crise financeira de risco.

**3.** Passo à segunda separação, que citei anteriormente. Durante séculos, a humanidade tem sido guiada pela ideia de que a origem da criação de riqueza é o trabalho humano – não importando o tipo de trabalho. Tanto que Adam Smith abre a sua obra fundamental, *La Ricchezza delle Nazioni* (1776), exatamente com tal consideração. Qual foi a novidade

que a financeirização da economia, iniciada cerca de trinta anos atrás, acabou trazendo? A ideia de que a finança especuladora geraria riqueza, em maior grau e mais rapidamente que o trabalho. Uma miríade de acontecimentos e fatos confirmou isso. Na Grã-Bretanha – país que deu origem à Revolução Industrial – o setor industrial hoje contribui com modestos 12% para o PIB nacional e, até 2008, empregava no setor financeiro mais de seis milhões de pessoas (hoje, a metade está desempregada).

Nas últimas décadas, nas melhores universidades do mundo, os funcionários e os programas de pesquisa na área de estudos de negócios literalmente explodiram, deslocando e/ou empobrecendo outras áreas de estudo. (Devemos observar também a distribuição dos recursos entre as áreas de pesquisa. E ainda as opções de programas de graduação, ou planos de estudo de alunos matriculados na faculdade de economia.) E assim por diante. A afirmação e a difusão do *ethos* das finanças – com a cumplicidade da mídia – fizeram crer que não é preciso trabalhar para enriquecer; melhor tentar a sorte e, acima de tudo, não ter muitos escrúpulos morais.

As consequências desta pseudorrevolução cultural estão à vista de todos. (Pensemos na tentativa equivocada de substituir a figura do trabalhador pela do cidadão-consumidor como categoria central da ordem social.) Hoje, por exemplo, não dispomos de uma compreensão compartilhada do trabalho que nos permita entender as mudanças que estão ocorrendo. Sabemos que, a partir da Revolução Comercial do século XI, afirmou-se gradualmente a ideia do trabalho artesanal, que une a atividade e o conhecimento através do processo de produção e *ofício* – termo este que lembra a maestria. Primeiro com o advento da revolução industrial e depois com o fordismo-taylorismo ganha espaço a ideia da *tarefa* (sinal de atividades fragmentadas), não mais do *ofício*, e com ela a centralidade da liberdade de trabalho como emancipação do “reino da necessidade”. E, hoje, vivendo na sociedade pós-fordista, que ideia temos do trabalho? Existem aqueles que propõem a ideia de *competência* declinada em termos de papel profissional, mas os mesmos não percebem as implicações perigosas que podem advir. Dentre tantas: a confusão entre meritocracia e o princípio do critério do mérito, como se os dois termos fossem sinônimos. A civilização ocidental é baseada em uma ideia poderosa, a ideia da “vida boa” a partir da qual cada um tem o direito e o dever de projetar a própria vida, visando uma *civil felicidade*.

Mas de onde se deve partir para alcançar tal objetivo, se não do trabalho entendido como um lugar para uma boa vida? O florescimento humano – isto é, a *eudaimonia* conforme Aristóteles – não deve ser procurado *após* o trabalho, como acontecia antes, porque o ser humano encontra a sua humanidade *enquanto* trabalha. Daí a necessidade urgente

de começar a desenvolver o conceito de *eudaimonia* laboral que, de um lado, ultrapasse a hipertrofia laboral típica dos nossos tempos (o trabalho que preenche um vazio antropológico crescente) e, de outro, que valha a pena recusar a ideia de liberdade do trabalho (a liberdade de escolher as atividades que são capazes de enriquecer a mente e o coração daqueles que estão envolvidos no processo de trabalho).

Claramente, a aceitação do paradigma eudaimônico implica que os objetivos da empresa – independente do tipo jurídico – não sejam redutíveis somente ao mero lucro, apesar de não excluí-lo. Isso significa que eles podem nascer e desenvolver empresas com vocação civil, capazes de superar a si próprios, ampliando o espaço da possibilidade real de escolha de carreira pelas pessoas. Não podemos esquecer que a melhor opção de escolha dentre um conjunto de escolhas “ruins” não significa que um indivíduo será merecedor do que ele escolheu. A liberdade de escolha se baseia no consenso somente quando aquele que escolhe tem condições de contribuir na definição do conjunto da escolha em si. Ter esquecido o fato de que não é sustentável uma sociedade humana em que tudo se reduz, por um lado, a melhorar as transações baseadas no princípio da troca de equivalentes e, por outro lado, a agir sobre a transferência de tipo assistencialista de natureza pública, nos mostra o porquê é tão difícil passar da ideia de trabalho como atividade para a ideia de trabalho como obra.

Ainda, colocar a origem da riqueza nas finanças, em vez de no trabalho, teve o efeito devastador de amplificar a difusão da pseudocultura da atividade. Como sabemos (Zamagni, *Avarizia*, Il Mulino, Bologna, 2009), a avareza é um vício mortal que raramente mostra-se como tal, às vezes veste as roupas da ganância, da cobiça, da deterioração, da luxúria, da fome de ouro, da sovinice, da mesquinhez. Pelo incômodo que a avareza alheia causa, o ganancioso pode deduzir o que os outros sentem em relação a ele. No interesse de seu amor-próprio, o avarento é induzido a se comportar como se não o fosse. A capacidade mimética da avareza é tal que, em certas circunstâncias, pode até mesmo assumir a aparência de virtude, como Giovanale já havia vislumbrado. A avareza se expressa de muitas maneiras e, se quisermos entender a sua natureza específica, devemos olhar através dos seus muitos tipos, considerando a sua semântica e o modo como ela se articulou com o passar do tempo.

Especialmente entre os economistas, difundiu-se a ideia de que a avareza é um vício e, considerando todos os fatores, seria um vício menor e facilmente corrigido com o uso de sistemas de incentivos adequados. Não é por acaso que nos livros de economia, dos mais sofisticados aos de maior divulgação, nunca se fala sobre o comportamento avaro. Nestes trabalhos

a questão relativa às preferências do *homo oeconomicus*, se são ou não avaras, tampouco é considerada dotada de sentido. Eles devem pensar somente em se comportar de modo racional, maximizando, em condições oportunas, o interesse próprio, não importa qual seja. E, mesmo assim, a avareza – o mais “econômico” dos vícios capitais – constitui um dos mais frequentes casos de “falência da razão” em âmbito econômico. Não tendo uma razão bem delineada, o avarento não sabe orientar a paixão do ter, que habita em cada ser humano; em particular, ele não sabe dizer a esta paixão – por si só fisiológica – quais bens que ele pode cobiçar. O avarento guarda, acumula riqueza subtraindo-a da circulação; não facilita a produção, mas impede-a, até mesmo com comportamentos dissipativos.

A falta, na economia, de uma teoria da motivação para agir racionalmente, ou seja, quais são os motivos para fazer aquilo que devemos fazer, é o que explica a insuficiência da disciplina para compreender o fenômeno da avareza em seus muitos eventos (tanto é verdade que isso não é discutido): por que o avarento continua a acumular insaciavelmente, mesmo sabendo que o poder que lhe confere a riqueza nunca poderá ser alcançado? A economia tem apenas uma teoria que explica as *razões* para fazer aquilo que o *homo oeconomicus* julga correto, mas não uma teoria sobre os *motivos* que o levam a agir dessa maneira.

Qual é a natureza da avareza? Há um sentimento no ser humano que impulsiona a busca apaixonada daquilo que se adapta às suas necessidades, que tem o nome de desejo. O desejo humano, quando não é focado, volta-se para os bens que possam satisfazê-lo. Mas pode errar o alvo. Porque alguns desses bens são bens aparentes, ou seja, ruins: bens que parecem satisfazê-lo, mas que na realidade o levam à desordem e o conduzem à infelicidade. O desejo é a energia da própria vida, mas podem-se desejar coisas que nos fazem florescer ou murchar. Bem, a avareza é um desejo que nos faz murchar. É o descarrilamento do desejo que cresce sobre si mesmo. Nós sabemos por quê. Os bens tornam-se bens, isto é, coisas boas, quando são comuns. Os bens não compartilhados são sempre o caminho para a infelicidade, mesmo em um mundo de opulência. O dinheiro mantido grudado, como uma posse ciumenta, na realidade empobrece o seu possuidor, porque ele esgota a capacidade do mesmo de ser um presente. O avarento, por definição, não pode dar e, portanto, não pode ser feliz. Ele pode dar presentes, ou seja, ele pode se envolver em práticas filantrópicas se isto lhe servir, instrumentalmente, para aumentar a sua posse.

**4.** Finalmente, uma terceira separação como fundo da crise atual deve ser citada, ou seja: desde sempre a teoria econômica – especialmente a

da escola neoaustriaca – argumenta que o sucesso e o progresso de uma sociedade dependem fundamentalmente da sua capacidade de mobilizar e gerir o conhecimento existente, dispersos entre todos aqueles que dela fazem parte. Na verdade, o principal mérito do mercado, entendido como uma instituição socioeconômica, é precisamente fornecer uma solução ideal para o problema do conhecimento. Como F. von Hayek esclareceu no seu célebre (e comemorado) ensaio de 1937, a fim de aproveitar o conhecimento local dos cidadãos de uma sociedade, de forma eficaz, precisamos de um mecanismo de coordenação descentralizada, onde o sistema de preços do mercado deve servir exatamente às suas necessidades. No entanto, esta maneira de ver as coisas, muito comum entre os economistas, tende a obscurecer um elemento de importância central.

De fato, o funcionamento do mecanismo de preços como forma de coordenação pressupõe que os atores econômicos compartilhem e compreendam a “linguagem” do mercado. Como mostrado por Tognato C. (2006), pedestres e motoristas param em frente aos semáforos que indicam o sinal vermelho porque compartilham o mesmo significado da luz vermelha. Se ela evocasse, para alguns, uma determinada posição política e para outros um sinal de perigo é evidente que nenhuma coordenação seria possível e causaria consequências fáceis de imaginar. O exemplo sugere que não um, mas dois, são os tipos de conhecimento que o mercado necessita para cumprir a tarefa principal acima citada. O primeiro tipo é depositado em cada indivíduo e é isso que – como bem esclarecido por F. von Hayek – pode ser gerenciado por meio de mecanismos normais de mercado. O segundo tipo de conhecimento, porém, é aquele de natureza institucional que circula entre os diversos grupos que compõem a sociedade e que tem a ver com a linguagem comum que permite que uma pluralidade de indivíduos compartilhe os significados das categorias de discurso que são utilizadas e compreendidas pelo outro quando eles entram em contato.

Tognato (2006) tem bem claro que, em qualquer sociedade coexistem várias linguagens diferentes, e a linguagem do mercado é somente mais uma. Se esta fosse a única, não haveria problemas: para mobilizar eficientemente o conhecimento local de tipo individual bastariam os instrumentos usuais de mercado. Mas não é assim, pela simples razão de que as sociedades contemporâneas são contextos multiculturais nos quais o conhecimento de tipo individual deve ultrapassar as fronteiras linguísticas, trazendo dificuldades formidáveis. O pensamento neoaustriaco achava que podia ignorar essa dificuldade, assumindo, implicitamente, que o problema do conhecimento de tipo institucional de fato não existia, porque todos os membros da sociedade partilham o mesmo sistema de

valores e aceitam os mesmos princípios de organização social. Mas quando não é assim, como a realidade nos mostra, devemos governar uma sociedade “multilinguística”, sendo necessária outra instituição, que não o mercado, que faça surgir uma língua capaz de instituir o diálogo entre os membros pertencentes a diferentes comunidades linguísticas. Bem, esta instituição é a democracia deliberativa. Isso nos ajuda a entender por que o problema da gestão do conhecimento em nossa sociedade de hoje e, em seguida, em última análise, o problema do desenvolvimento, postula que as duas instituições – a democracia e o mercado – devem trabalhar juntas, lado a lado. Em vez disso, a separação entre o mercado e a democracia discutida ao longo do último quarto de século, na esteira da exaltação de uma espécie de relativismo cultural e de uma mentalidade individualista exasperada, nos fez acreditar – até os atentos estudiosos – que era possível expandir a área de mercado sem se preocupar em lidar com a intensificação da democracia.

Disto derivam duas implicações principais. Primeiro, a ideia perniciosa de que o mercado seria uma zona moralmente neutra e não precisaria se submeter a qualquer juízo ético, porque já contém no seu núcleo os princípios morais suficientes para a sua legitimidade social. O argumento que sustenta essa tese é o seguinte: o mercado é o lugar onde a coordenação das decisões econômicas é feita através da cooperação voluntária. Esta razão fundamental se baseia na ideia de que “ambas as partes de uma transação se beneficiam, desde que a transição seja bilateral, voluntária e informada” (M. Friedman, *Capitalism and Freedom*, 1962, p.13).

Conclui-se que quando duas (ou mais) partes, na ausência de fraude e coerção e, portanto, capazes de escolher livremente, dão origem a uma transação econômica, permitem até mesmo as consequências que dela advêm. E nisto ocorre a justificação ética do consequencialismo na economia. A ideia de consenso com base na liberdade de escolha é bem expressa por R. Posner, quando escreve: “Eu acredito que uma pessoa que compra um bilhete de loteria, mas não ganha, tinha conhecimento disto, na medida em que não há nenhum traço de fraude ou de coerção” (*The Economics of Justice*, 1981, p.94). Portanto, exceto nestes últimos casos, escolher livremente e dar o seu consentimento significa legitimar. Como observado por F. Peter (“Choice, consent and the legitimacy of market transactions”, *Economics and Philosophy*, 2004), o mercado não precisa de certificação de legitimidade ética, uma vez que é capaz de se legitimar. Nem por isso o Estado, no entanto, para poder fazer uso da coerção – que é a principal ferramenta com a qual persegue seus objetivos – precisa da aprovação dos eleitores, pois deles pode obter a legitimação que necessita. O que não funciona neste raciocínio?

Basicamente, quase nunca é verdade que a liberdade de escolha pressupõe o consentimento. Assim seria se da preparação do cardápio de escolhas participasse o próprio sujeito – o que, na prática, não acontece. O pai que oferece voluntariamente – isto é, sem nenhuma obrigação – a venda de um órgão para diminuir o vínculo da miséria com a sua família, certamente não concorda com as consequências que resultam de seu ato. A opção de livre escolha pode ser legitimada somente se o conjunto de alternativas em jogo faz parte do problema da escolha do sujeito. Se tal conjunto é dado exogenamente, esta condição não pode ser satisfeita. Sabe-se que a centralidade da categoria do consentimento é típica da tradição contratualista iniciada por Hobbes. A ideia é que, se eu assinei um contrato com você para fazer algo que agora eu não quero mais fazer, podes dizer: “mas estavas de acordo, agora és obrigado a cumprir com os termos do contrato”. Como se dissesse que o consenso é subjacente à obrigação. Entre aqueles que se reconhecem na linha de pensamento contratualista, ninguém melhor do que J. Rawls foi capaz de mostrar que, para que nasça do consenso uma obrigação, as restrições em relação às partes do contrato devem ser fruto de um acordo ou de um vínculo compartilhado por todos. Somente quando as partes do contrato social concordaram (ou teriam razões para concordar) com as regras do jogo, poder-se-ia argumentar que o acordo alcançado por consenso é vinculador.

Na crise atual esta condição não se realiza de fato. Ao contrário, a liberdade de escolha descreve a ausência de obrigação por parte dos outros. Ela tem a ver com a possibilidade de escolha, com a existência de um domínio ou espaço dentro do qual o sujeito pode exercitar a sua autoridade. Mas nada se fala sobre a capacidade de escolha, ou seja, o exercício efetivo da escolha. Não basta ter uma amplitude de escolhas se depois não se sabe escolher ou ainda não se tem a capacidade de converter os meios em capacidade para alcançar os próprios objetivos. Esta é a grande lição de A. Sen (*Lo sviluppo è libertà*, Milano, 2000), quando nos lembra – *diferentemente* de von Hayek, por exemplo – que o uso da liberdade é de qualquer modo essencial à definição da mesma. Se uma pessoa é livre para realizar o seu plano de ação, mas não tem capacidade para fazê-lo, não se pode dizer que ela esteja de acordo com as consequências das suas ações. Se, então, o mercado não é capaz de encontrar em si as razões para fundamentar as justificativas, o recurso à ética se torna indispensável.

Como nos lembra a tese da dupla hermenêutica, as teorias econômicas nunca são meros instrumentos de conhecimento e explicação do comportamento humano, visto que levam sempre a mudanças de comportamento. Isto é, não transmitem somente resultados de experiências ou simulações: são também, em maior ou menor grau, instrumentos de

mudança do caráter dos homens. O conceito de performatividade de uma teoria econômica se deve a J. L. Austin, quando indica a influência transformadora da teoria sobre a realidade. Por isto o economista não pode deixar de levar em consideração a manutenção de uma relação especial de boa vizinhança com a ética – desde que deseje dar à sua própria disciplina a capacidade de levar em consideração a realidade e de querer modificá-la. Se, ao contrário, a preocupação do economista é criar uma máquina lógica que permita medir os efeitos de *qualquer* decisão econômica sobre uma *determinada* coletividade, então para um objetivo deste gênero, a ligação entre a economia e as ciências físico-naturais é mais do que suficiente. Esta consideração bastaria para aniquilar qualquer pretensão de autorreferencialidade.

Torna-se oportuno citar ainda uma segunda implicação. Se a democracia, que é um bem frágil, é sujeita a uma lenta degradação, pode acontecer que o mercado seja impedido de coletar e gerenciar de forma eficiente o conhecimento, fazendo com que a sociedade pare de progredir, independentemente de problemas em relação aos mecanismos do mercado, causando um déficit da democracia. Ou seja, a crise econômico-financeira em curso é a melhor e mais potente confirmação empírica desta ideia. Pensemos na prevalência, nas esferas tanto econômicas quanto políticas dos prazos breves, em que o horizonte temporal das decisões deve ser de curto prazo. A democracia, ao contrário, tem necessariamente uma visão de longo prazo. Se as ideias do mercado são *sem – contra – sobre* (sem os outros; contra os outros; sobre os outros), aquelas da democracia são *com – para – nos* (com os outros; para os outros; nos outros). Resumindo, precisamos unir o mercado e a democracia para afastar o perigo duplo do individualismo e do estadismo centralizador. Existe o individualismo quando cada membro da sociedade quer ser o todo; temos centralismo quando um sujeito quer ser o todo. No primeiro caso, exalta-se a diversidade a ponto de aniquilar a unidade de consórcio humano; no outro caso, para afirmar a uniformidade se sacrifica a diversidade.

**5.** São muitas e de diferentes naturezas as advertências que podemos tirar desta crise entrópica. Neste momento me limito, por razões de tempo, a comentar duas. A primeira tem a ver com o que chamamos de “falência” da disciplina econômica. Trata-se de uma falência que começou a se manifestar há um quarto de século e que tem a sua base na afirmação de um pensamento único – a assim chamada economia ortodoxa – que produziu um conjunto de modelos de equilíbrio – muito refinado sob o perfil lógico-matemático – que exclui *a priori* todos aqueles fatores, típicos do mundo real, dos quais dependem os resultados que em geral ob-



servamos. Pensemos na heterogeneidade dos sistemas motivacionais dos agentes econômicos; na pluralidade das regras de decisão sobre as decisões políticas; na variabilidade dos contextos sociais de país para país; na diversidade das matrizes culturais que diferenciam os vários países; e assim por diante.

A partir da escolha (não técnica, mas de valor) da unicidade de comportamento que parte de todos os agentes – a célebre hipótese do *homo oeconomicus*, de irrelevância dos arranjos jurídico-institucionais, de irrelevância dos princípios éticos na esfera das relações econômicas (conhecida por meio do aforismo “negócios são negócios”) – a teoria econômica dominante produziu estudos e pesquisas cujo objetivo final era assegurar, tanto às autoridades públicas quanto às pessoas comuns, a impossibilidade de uma crise financeira. Se folhearmos os livros de macroeconomia e finanças, utilizados em quase todas as universidades onde estudam os futuros dirigentes ou homens de negócios, esta é a mensagem vinculada. E aconteceu então que, na hora da necessidade, no momento em que a crise estava atingindo o seu ápice, aqueles que deveriam intervir prontamente para corrigi-la ou solucioná-la estavam navegando no escuro, sem nenhum guia de referência de caráter científico. É exatamente neste sentido que podemos falar da profunda crise da disciplina econômica.

É importante citar que isto que está sendo apontado constitui uma novidade dos nossos tempos. De fato, se existe um tema que desde o início da disciplina sempre intrigou a mente dos economistas, independente da escola de pensamento, é exatamente o das crises econômicas e financeiras, desde W. Petty (1693), passando por W. Bagehot (1873), S. W. Jevons (1871), até C. Kindleberger (1983) e, sobretudo, H. Minsky (1986). E a informação veiculada pela economia ortodoxa que não seria necessário estudar a crise, porque, conforme as hipóteses acima, essa seria altamente improvável. Encontramos um exemplo revelador desta opinião comum no cuidadoso estudo sobre as implicações da gestão do risco dos CDO – conhecida categoria de derivativos – de Krahen e Wilde, que mencionam a possibilidade de um aumento excessivo do risco sistêmico, mas logo concluem que o sistema bancário não tem com o que se preocupar porque é tarefa dos governos nacionais resolver as possíveis insolvências (J. P. Krahen, C. Wilde, “Risk transfer with CDO and systemic risk banking”, Center for Financial Studies, Frankfurt, WP 4, 2006). Um verdadeiro profissional jamais deveria ter escrito uma coisa do gênero.

Surge então a pergunta: como se deram conta deste esquecimento; como explicar a obsessiva focalização sobre as situações de equilíbrio, quando a realidade e a história demonstram o desequilíbrio entre os valores de mercado? Para responder, é indispensável esclarecer que, diferen-

temente do que acontece nas ciências naturais, a ciência econômica sofre a influência da tese da dupla hermenêutica, segundo a qual as teorias econômicas sobre o comportamento incidem, mais ou menos, cedo ou tarde, sobre o próprio comportamento do homem. Como se dissesse que a teorização em âmbito econômico nunca deixa imutável o seu campo de estudo, pois, além de plasmar os mapas cognitivos do agente econômico, indica também o caminho a ser seguido, quando se deseja alcançar o objetivo de forma racional. Pois bem, se este último é a maximização do lucro (ou outra especificação da função objetivo) e se, como é óbvio, o objetivo de uma ação prescreve quais são os meios necessários para alcançá-los, o círculo hermenêutico rapidamente se fecha. E é por esta razão fundamental que o economista não pode se entrincheirar atrás de uma possível neutralidade axiológica no momento em que produz modelos e teorias, sobretudo quando tem consciência de que o produto do seu trabalho científico cria certo modo de pensar e é utilizado como base de referência para as decisões políticas.

O argumento frequentemente utilizado no debate público, segundo a análise econômica do comportamento dos operadores econômicos, é amoral, enquanto a prática e o ensino da economia devem ser influenciados por opções morais, o que seria válido se não fosse verdadeira a tese da dupla hermenêutica. O resultado é que o modo como o economista produz conhecimento científico e o modo como os seus resultados são transmitidos, de forma sutil e frequentemente capciosa, terminam por forjar, através de juízos de valor, a *forma mentis* dos interessados. Um recente estudo experimental realizado na Universidade de Cornell (USA) mostra que não só as pessoas egoístas (ou seja, interessadas em si mesmas e oportunistas) são atraídas pelos estudos econômicos, mas também que, depois de frequentar os cursos de economia, os alunos tornam-se ainda mais egoístas. Talvez por essa razão o grande economista liberal Luigi Einaudi, já em 1942, escrevia: “Depois de acreditar por um longo período que o ofício do economista não era apresentar os objetivos ao legislador, mas lembrá-lo como... independente do objetivo buscado pelo político, os meios utilizados devem ser adequados e apropriados. Hoje eu duvido, mas concluo que economista não pode separar a sua função de crítico daquela da definição dos objetivos, *à qual hoje os economistas se restringem*” (Apresentação de *Introduzione alla politica economica* de C. Bresciani Turrone, Einaudi, Torino, 1942, pp.15-16; grifo do autor).

Neste caso específico, onde e como se manifestou de forma exagerada esta falta de responsabilidade por parte dos economistas, quando se observa a desatenção ao princípio da precaução ao sugerir determinadas

linhas de ação? Antes de tudo, ao fazer acreditar que o critério da eficiência era um critério objetivo (isto é, neutro em relação aos juízos de valor) de escolha entre várias opções. Pode-se utilizar o critério da eficiência somente depois que se define o objetivo a ser atingido para depois, então, tomar decisões. Como se dissesse que a eficiência é um instrumento para um fim e não um fim por si só. Portanto, afirmar que os comportamentos de banqueiros e operadores financeiros – lançados em massa no jogo da especulação financeira no curso dos últimos vinte anos – devem ser legitimados pelas circunstâncias, um cânone de racionalidade para assegurar uma alocação dos recursos financeiros eficiente é, para dizer pouco, uma tautologia, sinal de uma grande falta de metodologia.

Há uma segunda área em que a influência da economia ortodoxa foi fundamental na determinação do desastre financeiro. Trata-se da base teórica que endossou o princípio da maximização da gestão da empresa voltada ao valor. Resumindo, existem três conceitos com os quais a teoria microeconômica olha para a empresa: a empresa como uma associação; a empresa como uma coalizão; a empresa como uma mercadoria. A primeira vê a empresa como uma comunidade, que envolve várias partes interessadas (empregados, investidores, clientes, fornecedores, território), que cooperam para atingir um objetivo comum, e que é organizada para durar. Esta é a ideia – prestemos atenção – de onde nasceu a “corporação” americana, que originalmente era uma organização sem fins lucrativos cuja governança foi copiada dos mosteiros beneditinos e cistercienses. Como há séculos a escola italiana de negócios ensina, a empresa é um bem em si mesmo e, como tal, não pode ser deixada aos caprichos do mercado, sobretudo ao financeiro.

A concepção da empresa como uma coalizão, no entanto, é desenvolvida a partir da contribuição pioneira do Prêmio Nobel Ronald Coase, que em seu famoso ensaio “*Perché esiste l'impresa*”, de 1937, defende a tese segundo a qual a empresa nasce para economizar os custos de transação, ou seja, os custos de utilização do mercado. Cada negociação de mercado, de fato, implica custos específicos e, portanto, a empresa tem razão de existir até que os custos de transação superem os custos do exercício da propriedade. Como se dissesse que se, por uma razão ou outra, fosse possível diminuir consideravelmente os custos de transação, não seria necessária a empresa.

Como justificar de forma positiva, em termos teórico-econômicos, a tese da primazia do acionista em relação às outras partes interessadas? A resposta veio em 1976, quando M. Jensen e W. Meckling publicaram a sua importante contribuição, que se inicia a partir de teoria da agência: os acionistas, enquanto proprietários da empresa cujo principal objetivo é

obter o máximo lucro possível. Para conseguir isso, eles contam com o trabalho de um agente – os diretores e/ou executivos – cujo objetivo, no entanto, é de maximizar a sua própria função.

Claro, o problema da incompatibilidade entre a função, o objetivo do diretor e a do agente não surgiria se o contrato estipulado entre eles fosse completo. (É um contrato onde estão devidamente especificadas todas as funções e obrigações, onde são mostradas as consequências, com as relativas punições, decorrentes de quaisquer problemas ou violações dos acordos.) Mas as assimetrias de informação, por um lado, e previsão im- perfeita, por outro, são os dois principais fatores da incompletude contra- tual. Daí a busca, por parte do dirigente, de sistemas de incentivos que possam induzir o agente à maximização do valor de longo prazo da em- presa, como reflexo na cotação dos valores na bolsa. Os vários planos de opções sobre ações a favor dos executivos são apenas uma ferramenta – talvez a mais conhecida e usada – para alinhar as funções, objetivo principal do executivo e do agente, através da redução do comportamento oportunista por parte deste último. Como B. Frey e M. Osterloh documen- taram com precisão, a partir de 1980 grande parte das remunerações atribuídas à alta diretoria ao tomou a forma de opções sobre ações. O resultado foi devastador: em 1970, um alto executivo americano ganhava 25 vezes mais do que um trabalhador médio da indústria. Em 1996, a mesma proporção aumentou para 210 e em 2000 para 500. (Hoje, está em torno de 700.) Ainda assim, o desempenho dessas empresas lidera- das por altos executivos não aumentou na mesma proporção. (“Yes, ma- nagers should be paid like bureaucrats”, CESifo, Dic. 2004). E o reconheci- mento desta profunda discrepância fez com que o próprio Jensen admitisse que, ante a exagerada visão de curto prazo e o aumento no número de escândalos, as “opções sobre ações provaram ser a heroína (sic) executiva”. (“On CSR”, *The Economist*, 16, Nov. 2002, p.66).

Grande – e talvez inesperado – foi o sucesso desta linha de pensa- mento. É fácil entender o porquê. Em primeiro lugar porque, com a sim- ples métrica do preço das ações, consegue-se sintetizar todas as variá- veis que explicam o desempenho da empresa (volume de negócios, número de funcionários, estrutura de capital, aquisições societárias, etc.). E não tem quem não veja isto como uma razão mais do que suficiente para exaltar a retórica da primazia do acionista. Em segundo lugar, por- que a teoria do valor acionário permite identificar rapidamente o culpado do fracasso e, acima de tudo, das perdas empresariais. Quando isso acontece, a culpa é do agente – ou seja, do executivo – que se comportou de forma oportunista ao trair a confiança do seu dirigente. Como bem explicou o famoso antropólogo René Girard, a busca de um bode expiató-

rio sempre tem um grande efeito libertador: não é o sistema – neste caso, a visão da empresa como uma mercadoria – que deve ser mudado, mas a consciência moral dos gestores. Como veremos no próximo capítulo, esta é uma posição insustentável em relação à ética.

No final dos anos 1990, o sucesso da tese do valor acionário já era concreto: não se discutia. Tanto que, em 2001, R. Kraakman e H. Hansmann publicaram no *Georgetown Law Journal* um artigo com um título revelador, “The end of history of corporate law”, no qual se lia: “As elites acadêmicas, empresariais e políticas chegaram ao consenso sobre o princípio de que o controle total da empresa deve ser de responsabilidade dos acionistas. Os executivos têm a tarefa, obrigatória, de guiar a empresa em direção ao interesse dos acionistas, uma vez que as outras classes de interessados (credores, colaboradores, fornecedores, clientes) veem os seus interesses mais protegidos por normas e regulamentos do que pela sua participação no comando da empresa...” O valor de mercado das ações é a principal medida dos interesses dos acionistas. Após os fatos que levaram à grande crise de 2007-2008, essas palavras soam, para dizer o mínimo, irônicas. Como se trocassem a cena final da apresentação, os autores do show confirmam o quanto a ideologia é forte.

Por que o pensamento único do valor do acionista não mantém, na prática, o que promete na teoria, tanto que até mesmo os seus defensores começaram a tomar certa distância? Por que as diretrizes dos executivos que advêm da teoria da qual estamos falando (redução da força de trabalho, venda de ativos indiretamente necessários no processo de produção; redução das margens de segurança; diminuição da assistência ao cliente; redução dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento; o lobby e as práticas de corrupção em relação aos reguladores, etc.) se revelam, na realidade, como falências? Por que, enfim, a distância entre os interesses dos acionistas não é tão grande como quis se demonstrar até agora e por que nenhuma evidência empírica demonstra que as empresas gerenciadas segundo a lógica do valor para o acionista apresentam uma *performance*, a longo prazo, melhor do que aquelas que utilizam a RSI? Responder a perguntas deste gênero significa tentar entender quais aporias se escondem no modelo do valor acionário (conhecido também como modelo financeiro).

Na verdade, para quem o executivo trabalha? Para a classe de acionistas ou para a própria empresa? A doutrina jurídica (e a sua jurisprudência) não tem dúvidas sobre isso: visto que a empresa é uma pessoa jurídica, esta é a principal relação de agência. Sobre isso temos o texto, bastante eloquente, do art. 2086 do Código Civil italiano: “O empresário é o chefe da empresa e os seus funcionários dependem hierarquicamente

dele”. Para ser “chefe” é necessário que exista a empresa, de fato, como uma pessoa jurídica. Os teóricos da agência, porém, têm uma resposta diferente. Para eles a empresa é uma mera ficção jurídica. Visto que a empresa não existe como tal, o executivo será a própria classe de acionistas. Jensen e Meckling (1976) escrevem: “A empresa privada é simplesmente uma forma de ficção legal que serve como rede para os interesses relacionais contratuais e é caracterizada pela existência de residuais sobre bens e sobre os ativos da organização, bens que podem em geral ser vendidos sem a permissão dos outros contratantes” (p.171). Na mesma linha temos Fama e Jensen (“Separation of ownership and control”, *Journal of Political Economy*, 1980), quando escrevem: “A empresa é simplesmente um conjunto de contratos que concernem o modo como o qual os *input* são combinados para criar os *output*” (p.288). O que chama a atenção sobre esta escola de pensamento é que os próprios EUA, já no final do século XIX, juntamente com a *Santa Clara Act*, haviam sancionado que a empresa deveria ter o mesmo status jurídico dos cidadãos: os dois gozam tanto dos direitos quanto dos deveres de cidadania – conforme D. Lutz (“Beyond business ethics”, *Oikonomia*, 2003) deixou bem claro.

Que resultado relevante nos dias de hoje tem essa discrepância entre a doutrina jurídica e a econômica? Se aceitarmos o ponto de vista dos teóricos da agência, então fará sentido pedir ao executivo, enquanto agente dos acionistas, que maximize o valor do acionista. Mas ao fazê-lo não se pode esperar que o conflito de interesses entre os acionistas e o executivo seja resolvido, invocando o princípio da primazia dos acionistas sobre os outros acionistas. (Este princípio – como sabemos – é justificado pela consideração de que, uma vez que o acionista é o dono da empresa, ele estará sujeito a um risco adicional em comparação aos outros acionistas, em caso de perdas empresariais.) A razão é simples e para que se possa analisar a questão do direito de propriedade como a base do princípio da primazia do acionista é necessário admitir, como a doutrina jurídica sustenta desde sempre, que a parte principal da relação de agência é a empresa e não mais os acionistas. Mas, então, se o executivo deve ser o agente da empresa como entidade jurídica em si mesma, ele também tem a obrigação de maximizar esta função, que inclui, entre os seus argumentos, tanto o interesse dos acionistas quanto dos outros acionistas.

Resumindo, o erro da teoria da agência é a aceitação de uma questão falsa, porque a empresa não é do acionista, pois este é simplesmente o proprietário de um pacote acionário adquirido da própria empresa, após um simples contrato de compra e venda. Em função deste contrato, o

acionista adquire poderes limitados sobre a gestão da empresa, poderes um pouco maiores do que de um debenturista. Na realidade a empresa é controlada pelo conselho administrativo que detém todo o poder necessário para a gestão. O poder dos acionistas é de exonerar ou denunciar os administradores e de eventualmente vender as próprias ações em caso de forte desacordo. Ou seja, o chefe é o conselho administrativo e não o acionista, e o executivo é o seu agente. Pois bem, segundo a lei, a principal tarefa do Conselho é equilibrar os interesses de todos os acionistas da empresa. Tanto é assim que em nenhuma legislação, nem em qualquer sistema de governança corporativa, está escrito que a empresa deve maximizar o lucro e nada mais.

6. Uma segunda lição que podemos tirar desta grande crise é que, apesar das aparências, a proposta de esconder-se no decrescimento não é a melhor solução para os problemas das nossas sociedades. A proposta do “decrecimento feliz” tem precedentes ilustres: a teoria do estado estacionário desenvolvida pelo grande filósofo e economista inglês J. S. Mill, em meados do século XIX. Mill – retomando algumas considerações de Malthus – falava do estado estacionário, situação em que a taxa de crescimento líquido da economia é igual a zero. No capítulo “Sullo stato stazionario” da sua obra *Principles* (1848), Mill criticava a ciência econômica de seu tempo, que havia ligado o bem-estar econômico e social ao aumento desenfreado dos lucros. Bloquear a lógica hegemônica dos “prazeres quantitativos”, para Mill, significava discutir a capacidade de autorregulamentação do capitalismo e reposicionar o papel da política.

Mais tarde, outros economistas e pensadores formularam hipóteses similares. Lembro-me, entre eles, de Paul Lafargue, genro de Marx, com seu ensaio *Diritto all'ozio*, onde propunha três horas de trabalho por dia (sic!); Bertrand Russell, com o seu *Elogio dell'oziosità*, que trata explicitamente do decrescimento (propõe quatro horas de trabalho por dia); E. F. Schumacher, com o famoso *Piccolo è bello. Un'economia come se gli esseri umani contassero*; e ainda Nicholas Georgescu Roegen, com o seu programa de “bioeconomia” proposto na década de 70 do século passado. Não nos surpreendamos se, de tanto em tanto, a preocupação com a sustentabilidade e as preocupações com o futuro levem estudiosos de diferentes matrizes culturais (por exemplo, J. S. Mill era um grande liberal) a sugerir propostas do tipo decrescimento feliz, como vem fazendo, em tempos recentes, Serge Latouche.

Embora compreendendo as razões que tornam atuais o movimento do decrescimento e concordando com o diagnóstico e a etiologia dos “males” da nossa sociedade realizados por estudiosos do movimento, eu não

acredito que o tratamento e a escapatória imaginados sejam válidos. Vejamos o porquê.

Em primeiro lugar, deve-se notar que o conceito de desenvolvimento não tem muito a ver com o crescimento. Etimologicamente, desenvolvimento significa “liberação da confusão, dos vínculos” que limitam a liberdade do indivíduo e dos grupos sociais em que se expressa. Esta noção de desenvolvimento foi formulada à época do Humanismo civil (século XV). A contribuição da escola de pensamento franciscana foi decisiva neste aspecto: buscar os caminhos para o desenvolvimento significa amar a liberdade. Há três dimensões do desenvolvimento autêntico humano, assim como as dimensões da liberdade: a dimensão quantitativo-material, que corresponde à liberdade *de*; sociorrelacional, que corresponde à liberdade *de*; e a espiritual, que corresponde à liberdade *para*.

Nas condições históricas atuais, é verdade que a dimensão quantitativo-material é superior às outras duas, mas isso não justifica que a redução (ou eliminação) do crescimento – que se refere somente à dimensão quantitativo-material – promova o progresso das outras duas dimensões. Na verdade, pode ser mostrado – mas este não é o momento – que é exatamente o contrário. É por isso que prefiro falar de um desenvolvimento humano integral, de um desenvolvimento que deve manter em equilíbrio harmônico e recíproco as três dimensões citadas. Este objetivo é alcançado através de uma mudança da *composição* – e não de *nível* – da cesta de bens de consumo: menos bens materiais, mais bens relacionais e imateriais; e, acima de tudo, mais bens comuns (que não devem ser confundidos com os bens públicos ou com os bens coletivos). É possível? Claro que sim, como foi demonstrado a partir de estudos sobre a economia civil de Antonio Genovesi (1753) e como algumas experiências – embora modestas – comprovam.

O antídoto, portanto, ao modelo de consumo atual não é o decréscimo, mas sim a economia civil – um programa de pesquisa e uma forma de pensar tipicamente italiana, muito conhecida na Europa até meados do século XVIII, mas que, desde então, sido obscurecida pelo paradigma da economia política. Observemos as diferenças: enquanto a economia civil tem como objetivo o bem comum, a economia política procura o bem geral. Nos casos em que acredita poder resolver os problemas da esfera econômico-social baseando-se unicamente sobre os princípios da igualdade e da redistribuição, a economia civil acrescenta a estes dois princípios a reciprocidade, que é o princípio prático da fraternidade. A novidade da economia civil é ter devolvido à fraternidade o papel central nas esferas econômicas e sociais que a Revolução Francesa e o utilitarismo de Bentham haviam esquecido.



Em segundo lugar, por mais paradoxal que possa parecer, a tese do decrescimento corre o risco de suplantar a verdadeira natureza do problema, na medida em que ela se limita a utilizar o sinal negativo no paradigma da economia política, e não buscando a superação. O fato é que o crescimento é uma dimensão fundamental de todo ser vivo. Como diz F. Capra, não há vida sem crescimento. Claro, deve-se levar sempre em conta que o crescimento não é um processo linear, como Steven Gould persuasivamente demonstrou com a sua teoria do equilíbrio pontuado. Continuar a falar de decrescimento (menos indústria, menos consumo, etc.) significa desviar o foco (e o esforço) do verdadeiro problema, que é duplo. Por um lado, buscar o consenso necessário sobre *qual* tipo de crescimento se busca; por outro lado, identificar *como* passar de um sistema que, como o atual, está centrado na ideia de crescimento ilimitado a outro tipo que tenha no seu interior a noção de limite (dos recursos, do meio ambiente, energia, das desigualdades sociais). Para este fim, deve haver uma análise do elemento transversal (conforme J. Hicks) e não uma análise da dinâmica comparada, como vem sendo feito. Lembro-me sempre, em assuntos deste tipo, das famosas palavras de Franz Kafka: “Existe um ponto de chegada, mas nenhuma via de acesso” (*Il Castello*). Não adianta saber da possibilidade de chegar a um equilíbrio superior se o caminho (via) para alcançá-lo não for indicado.

Se a crise é, sobretudo, espiritual (ou seja, tem a ver com o espírito que animava o Ocidente no período histórico passado), então não basta reduzir ou até mesmo anular a expansão quantitativa. A direção deve ser mudada, e para isso precisamos de um pensamento forte que não despreze a nossa condição de liberdade. Por isso o movimento do decrescimento me parece silente. A nova temporada de crescimento que esperamos não pode ser uma mera expansão quantitativa, mas um excedente qualitativo capaz de aumentar a verdadeira riqueza que temos, que somente uma comunidade de homens livres pode liberar. Se continuarmos a demonizar o mercado, ele se tornará um lugar verdadeiramente infernal. O desafio é humanizá-lo, ou seja, civilizá-lo.

Uma última observação. A ideia de Latouche e de outros estudiosos que acreditam na tese do decrescimento é a necessidade urgente de rompimento do paradigma. Uma vez que é a própria sociedade de consumo e o crescimento ilimitado que constituem o problema, é urgente “sair da economia”. Esta expressão é enganadora e ambígua. Na verdade, se a economia significa o problema econômico, este tipo de proposta não tem sentido. Porque, como a literatura de antropologia econômica há muito documentou, o problema econômico é o primeiro (no sentido temporal) problema da humanidade, um problema que aparece antes do político –

que inicia quando Caim, depois do assassinato de Abel, funda a primeira cidade –, antes do jurídico – que surge quando Rômulo mata Remo. Sair da economia, nesse sentido, seria como sair da “casa” do homem. Se, ao invés, esta expressão significa a fuga de certo discurso econômico e de certo paradigma teórico, é certamente necessário. O economia ortodoxa, como todas as formas de pensamento hegemônico, acabou por acreditar que a economia é apenas a troca de equivalentes, e que o mercado pode ser preenchido apenas por *homines oeconomici* – o que se comprovou como falso. Fugir *desta* economia significa então fugir *da* economia? Acreditar nisso seria cometer um grave erro de ingenuidade epistemológica; mas, sobretudo, seria cair na teia tecida pelo paradigma que se pretende romper. Seria como concluir que, uma vez que o modelo de escolha racional (*rational choice*) é aporético e incapaz de explicar as vastas áreas da realidade, deve-se abandonar a noção de racionalidade do comportamento humano. Mas na verdade basta mudar o modelo de racionalidade.

A resposta para a crise não é a forma de remediar as condições de excesso que fizeram da nossa sociedade uma “sociedade de obesos”, em sentido figurado, nem ao menos é o decrescimento que para somente no nível quantitativo, do mais ou menos. A alternativa à obesidade não é a desnutrição, mas o discernimento. (A não ser que com a expressão decrescimento feliz entenda-se um projeto global, como, por exemplo, o da economia civil.)

Concluindo, a batalha contra os problemas econômicos, sociais e morais desta crise pressupõe o que Irving Howe definiu como “emprego estável”, referindo-se a uma piada judaica: a comunidade judaica de uma pequena comunidade polonesa encarregou um de seus membros de se colocar na entrada da aldeia à espera do Messias, de modo que quando o visse chegar pudesse avisar a todos. Alguém pergunta ao homem: “E isso seria um trabalho? Ficar parado esperando a vinda do Messias?” Resposta imediata: “Sim, é um trabalho. A remuneração é modesta, mas é um trabalho estável”. (Cit. in R. Jahanbegloo, *Conversazioni con Michael Walzer*, Marsilio, Venezia, 2012.). Até mesmo o esforço para modificar os termos de fazer economia é um “trabalho estável”, mal recompensado, mas emocionante. Todas as batalhas para afirmar grandes ideias são expostas à heterogênesse dos fins – o que muitas vezes distancia as ações dos resultados que pretendíamos alcançar – mas nos faz muito feliz.

## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowa e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevia
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz



**Stefano Zamagni**, economista italiano, é professor da Università di Bologna. É vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Zamagni ganhou destaque mundial por ter sido um dos principais consultores e assessores do Papa Bento XVI na redação da encíclica *Caritas in Veritate*, publicada em 2009, acerca do desenvolvimento humano integral. Em 2007 foi nomeado presidente da Agência para as Organizações Não Lucrativas de Utilidade Social – Onlus, entidade do governo italiano responsável pelas associações sem fins lucrativos. Desde 1991, é consultor do Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano. De 1999 a 2007,

foi também presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações – ICMC. Em 2008, foi homenageado com o título de Cavaleiro-Comendador da Ordem de São Gregório Magno, uma das cinco ordens pontifícias da Igreja Católica. Em 2010, recebeu o título de doutor *honoris causa* em economia da Universidade Francisco de Vitória, de Madri, Espanha.

## Obras do autor

ZAMAGNI, S.; BRUNI, L. *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade*. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2010.

ZAMAGNI, S. *La cooperazione*. Bolonha: Il Mulino, 2008.

\_\_\_\_\_. *L'Economia del Bene Comune*. Roma: Ed. Città Nuova, 2007.

\_\_\_\_\_. *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione*. Bolonha: Ed. Il Mulino, 2005.

## Outras publicações

ZAMAGNI, S. *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade*. Cadernos IHU ideias, ano 11, n. 185, São Leopoldo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A Europa e a ideia de uma economia civil*. Cadernos IHU ideias, ano 11, n. 183, São Leopoldo, 2013.

\_\_\_\_\_. *A ética católica e o espírito do capitalismo*. Cadernos IHU ideias, ano 9, n. 159, São Leopoldo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento*. Cadernos IHU ideias, ano 9, n. 157, São Leopoldo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica*. Cadernos IHU ideias, ano 9, n. 155, São Leopoldo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Globalização e o pensamento econômico franciscano: orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate*. Cadernos IHU ideias, ano 9, n. 153, São Leopoldo, 2011.



**UNISINOS**